JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 12ª Região (SC)

LAURA GHELLER
28/03/2025 15:58

RICARDO GANZO WEICKERT CALDAS
28/03/2025 16:04

DENISE SUCHARA
28/03/2025 16:56

PRISCILA MARIA DE LIMA TAVARES
28/03/2025 18:10

RENATA DE FIGUEIROA FREITAS
31/03/2025 11:26

SIMONE PEREIRA
03/04/2025 17:08

MIRNA ULIANO BERTOLDI
07/04/2025 14:53

DANIELE PRISCILA RODRIGUES DE OLIVEIRA
30/04/2025 13:23

HERIKA MACHADO DA SILVEIRA TEALM:3773
29/07/2025 16:44

PATRICIA TRANCOSO DA SILVA DISARO
21/08/2025 14:36

ATA DA 2ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO, ORIENTAÇÃO E APOIO A MAGISTRADAS E SERVIDORAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

ASSUNTO: Conversa com servidora do Programa Indira e ações Semana da Mulher TRT12
MODALIDADE: Online
GRAVAÇÃO DA REUNIÃO: https://drive.google.com/file/d/1-sUgzhxDIL61Kgu_sirhcnuJreuWSi3e/view
DATA: 28-02-2025
HORÁRIO: das 14h às 15h30
COORDENAÇÃO: Desembargadora Mirna Uliano Bertoldi

DEMAIS PARTICIPANTES:

LOTAÇÃO	NOME
Magistrada vice-coordenadora eleita	Herika Machado da Silveira
Servidora mulher eleita	Simone Pereira
Servidor indicado vinculado à Ouvidoria da Mulher	Ricardo Ganzo Weickert Caldas
Servidora indicada vinculada à área de Gestão de Pessoas	Renata Freitas (representando Fabiana Vieira de Linhares)
Servidora indicada vinculada à área de Saúde	Denise Suchara
Servidora indicada vinculada à área de Segurança Institucional	Patricia Trancoso Da Silva Disaro
Representante convidada da Secretaria de Comunicação Social	Priscila Tavares
Representante convidada da Secretaria de Comunicação Social	Daniele Rodrigues de Oliveira
Representante convidada do Programa Indira, do TJSC	Bruna Mafra Castilho

PAUTA DA REUNIÃO:

1) Conversa com Bruna Mafra Castilho, servidora do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS) do TJSC, apresentando o Programa Indira, do TJSC;

2) Considerações sobre atividades a serem realizadas na Semana da Mulher do TRT12;

3) Apresentação da primeira versão da página do Programa de Prevenção, Orientação e Apoio a Magistradas e Servidoras em Situação de Violência Doméstica e Familiar no site do TRT12 e abertura para sugestões sobre o conteúdo da página;

4) Deliberações finais.

DISCUSSÕES:

Dra. Mirna abre a reunião destacando a presença de quase 100% dos membros do Comitê. Ressalta o quanto isso é importante, pois os trabalhos estão começando e o grupo está descobrindo o que pode fazer para se tornar mais ativo e presente no Tribunal. Agradece, especialmente, a presença da convidada, a servidora do TJSC Bruna Mafra, que faz parte do quadro do Programa Indira daquele tribunal. Destaca que o TJ já possui larga experiência no tema e que a presença da convidada será de grande contribuição para que o grupo avance com as ações no TRT12. Passa a palavra para Bruna.

Bruna conta que é policial civil cedida ao Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS) do TJSC desde setembro de 2022 e que atua no Programa Indira, lançado em agosto de 2022. Explica que o programa vinha sendo planejado após recomendação do CNJ por conta do assassinato da juíza Viviane do Amaral, em 2020, no RJ, e que a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) era procurada para atuar em casos envolvendo violência contra servidoras, mas que até então não havia uma estrutura montada para acolher essas vítimas internamente. Conforme Bruna, isso mudou com o assassinato de três servidoras do TJSC em 2022: em janeiro de 2022, a servidora Indira, de Itajaí, foi morta pelo namorado; menos de uma semana depois uma servidora terceirizada foi vítima de feminicídio em Dionísio Cerqueira; e no mês do lançamento do programa, agosto de 2022, mais uma servidora foi assassinada, desta vez em Anchieta. Segundo a policial, nenhuma delas havia registrado BO ou denúncia e não havia relatos de vizinhos ou colegas sobre pedidos de ajuda. Bruna explica que, quando foi chamada para atuar no TJ, logo precisou realizar um atendimento emergencial em Anchieta para lidar com o luto dos colegas por conta do recente feminicídio. Conta que, naquele momento, estimularam uma roda de conversa para que as servidoras pudessem falar, e que essas rodas foram expandidas posteriormente para outras unidades.

De acordo com Bruna, foi possível perceber, nesses atendimentos, que muitas servidoras têm vergonha de procurar ajuda, pois dentro do TJSC os colegas têm acesso a todas as informações

dos processos judiciais. Explica, no entanto, que elas sabem da existência do programa e que guardam o número para quando precisarem. Que há servidoras que participam das rodas e que ajudam as colegas que estão passando por violência indicando o contato do Programa Indira. As rodas, relata, são feitas de forma recorrente nas unidades do TJSC e não possuem um roteiro fixo, indo de uma conversa informal a debates sobre músicas com letras machistas. Conta que muitas servidoras choram durante as reuniões mas preferem não falar nada na hora, procurando o Programa dias depois em busca de ajuda. Também ressalta que os encontros funcionam como prevenção, uma vez que as servidoras que participam ficam atentas a sinais e comportamentos estranhos de outras colegas - como não ligar câmera durante reuniões, só atender ligações no viva voz, mencionar que o marido tem arma em casa -, e que acabam alertando a instituição antes que algo pior aconteça.

Bruna explica que, no TJSC, quem faz o acolhimento das mulheres é ela e a assistente social da Cevid, Rosilene Aparecida da Silva Lima, a Rosinha. Os atendimentos são na maioria das vezes online, pelo Teams, mas também ocorrem pessoalmente, com a servidora se deslocando até outras cidades se for um caso urgente. Relata que, quando a vítima assim decide, faz o registro do boletim de ocorrência ainda dentro do tribunal, e também já solicita a medida protetiva, geralmente liberada em poucas horas. Explica que o TJ tem uma parceria com a Polícia Militar para instalar o botão do pânico no celular da vítima que, quando acionado, faz com que qualquer guarnição da região possa se deslocar imediatamente para onde a mulher está. Conta que também auxiliam quando as servidoras precisam sair de casa e ir para um ambiente seguro, seja para buscar roupas, para conseguir abrigo temporário no CRAS ou para trocar de cidade temporariamente. Relata que, na parte policial, também pesquisam o histórico do agressor, se há outros registros ou passagens pela polícia. Segundo Bruna, fazem tudo o que podem para manter a mulher viva e cessar as violências física, psicológica e patrimonial - inclusive com o respaldo da Presidência do TJ, que autoriza as ações necessárias e de urgência, como, por exemplo, uma viagem do dia para a noite.

A única ação que não fazem, explica, é tocar o inquérito policial, que fica a cargo da Polícia Civil - em Florianópolis, geralmente é a 6ª Delegacia de Polícia. Finaliza dizendo que, desde o início do projeto, foram atendidas e acompanhadas 35 mulheres e que, com todas as medidas relatadas, felizmente não foi registrado mais nenhum feminicídio no TJSC.

Dra. Mirna agradece a fala de Bruna e reforça a importância de saber como funcionam as medidas no TJSC. Ressalta que está em contato com a desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho para tentar fazer um convênio, e pede o apoio de Bruna no que for possível.

Ricardo destaca que as rodas de conversa são um instrumento bastante valioso para que as mulheres se sintam mais seguras para denunciar.

Bruna concorda e afirma que, durante as rodas, é possível perceber os olhares das mulheres que precisam de ajuda, mas que não se abrem na hora. Explica que, mesmo apreensiva, a equipe confia que as servidoras estão informadas e sabem o caminho para quando precisarem.

Denise questiona sobre o encaminhamento das mulheres para as casas de apoio, conveniadas ao CRAS, e pergunta como funciona a decisão pelo lugar de acolhimento, se as vítimas são acompanhadas o tempo todo após a denúncia.

Bruna explica que, até agora, tiveram poucos casos que precisaram desse encaminhamento. Menciona o caso no qual o agressor estava dentro da casa da vítima e que o próprio chefe da vítima pagou um hotel para ela dormir em segurança, sem depender unicamente dos trâmites judiciais. Relata um outro caso, de uma servidora que morava em uma área perigosa e cujo companheiro era extremamente violento, que foi escoltada até em casa para pegar suas coisas e levada até a casa de um parente. Conta que a opção pela casa de abrigo foi utilizada uma vez, quando uma filha denunciou que a mãe, também servidora, e seus irmãos sofriam violência, e foi conseguido um local para acolher a família, mas a mãe não aceitou sair de casa. Explica que não sabe todos os detalhes sobre o caso pois o atendimento em rede é tocado pela colega Rosinha, que é assistente social.

Daniele pergunta como funciona o pós-acolhimento, se há acompanhamento para saber o desfecho de cada caso.

Bruna explica que, se a mulher está com a medida protetiva ativa e em segurança, eventualmente ela manda mensagens para saber notícias, para confirmar se segue tudo bem e para reforçar orientações de segurança. Conta que estão tentando inserir no sistema uma ferramenta que alerta quando a MP está para expirar, para que a equipe possa pedir a renovação - algo simples, segundo ela, sendo necessário apenas enviar um e-mail para o Cartório da Vara que os próprios servidores fazem a renovação. Ela explica que, até que isso não se concretize, solicita que as próprias mulheres avisem à equipe cerca de 15 dias antes de a medida expirar.

Relata que, no dia anterior, lembrou de uma servidora que havia sofrido agressões de seu enteado e resolveu mandar uma mensagem, e a vítima informou que havia contratado uma advogada para defendê-la. Explica que, quando a mulher consegue seguir a vida e se organizar para lidar com a violência sofrida, ela fica mais tranquila. Que, mesmo sendo a única servidora mulher do Núcleo de Segurança e fazendo os atendimentos sozinha, trabalha para que todas as mulheres se sintam seguras constantemente. Relembra o caso de uma servidora que estava sofrendo violência patrimonial e queria abrir mão de todos os bens para se livrar do agressor. Que, orientada a buscar seus direitos, ligou satisfeita para contar que a decisão judicial do divórcio permitiu que ela ficasse com o apartamento e com a guarda das crianças. Segundo Bruna, este é um caso que não demanda mais preocupações urgentes, o que a libera para ficar acompanhando as vítimas que mais precisam de ajuda no momento.

Ricardo questiona se as medidas protetivas têm validade-padrão.

Bruna responde que depende do juiz: alguns concedem MPs de seis meses, outros de um ano, ou seja, não há um prazo específico.

Ricardo pergunta se Bruna também atua nos atendimentos da CEAV, a Central Especializada de Atendimento às Vítimas de Crimes, de Atos Infracionais e de Violência Doméstica e Familiar, também mantida pelo TJSC e voltada ao público externo.

Bruna explica que o trabalho da CEAV é predominantemente online, com poucos atendimentos presenciais, e que o setor não presta auxílio policial. Por este motivo, esclarece, o NIS não se envolve com esses atendimentos, oferecendo apenas ajuda pontual em casos graves. Relata que trabalha com mais oito policiais homens, sendo ela a única policial mulher do setor, e que o TJSC está finalizando uma sala para o atendimento presencial de mulheres, que poderá ser compartilhado com a CEAV para o atendimento do público externo também.

Laura retoma o assunto sobre as rodas de conversa, perguntando como são estruturadas, quantas servidoras participam por roda e se são apenas servidoras do mesmo setor.

Bruna relata que geralmente são feitas duas rodas no dia: pela manhã com as terceirizadas e à tarde com as servidoras. Conta que os encontros com as terceirizadas costumam lotar, enquanto os das servidoras não, mesmo que sejam enviados e-mails ou feitos convites telefônicos pela própria desembargadora Hildemar. Segundo Bruna, as rodas mais cheias são em fóruns onde houve feminicídio. Cita o caso de Criciúma, na qual uma colega foi assassinada 20 anos atrás, e de Itajaí, onde Indira era lotada. Em média, explica, comparecem nas rodas do dia entre 50 e 60 pessoas, mas não há um limite máximo de lotação. Diz que é comum que as servidoras as procurem dias ou semanas depois. Exemplifica dizendo que na última roda em Dionísio Cerqueira a equipe do Programa ficou algumas horas após o fim da reunião circulando pelo fórum, disponível para quem quisesse conversar de forma reservada.

Reforça que as rodas de conversa são feitas sem formalidade, que a equipe inicia explicando que todas as mulheres podem sofrer violência, que estão todas no mesmo barco e que, por mais que haja vergonha de falar, acima de tudo todas merecem viver. Afirma que é muito comum que as mulheres que conviviam com as vítimas se sintam culpadas, com pensamentos do tipo “como não percebi?”, “o que eu podia ter feito para ajudar?”, e que a equipe tranquiliza, explica que a responsabilidade não é dos colegas, mas que se for possível ficar alerta aos sinais, melhor. Destaca a importância das rodas mesmo para as que não participam, pois às vezes uma servidora que esteve presente acaba indicando para outra que está precisando quando há um pedido de ajuda. Também conta que costumam levar frases para tentar instigar no início, quando as participantes estão mais quietas, mas que assim que a primeira mulher fala sobre ter vivido ou presenciado uma violência doméstica, as outras também querem dar seus depoimentos. Afirma que, em todas as rodas até agora, a conversa se desenvolveu, não tendo ocorrido nenhum encontro no qual a equipe ficou falando sozinha.

Denise questiona sobre o público-alvo das ações do Programa Indira. Quer saber se em algum momento houve ampliação para abranger os gestores e servidores homens, já que eles também podem praticar algum tipo de violência contra as colegas.

Bruna confirma que há casos de violências praticadas por homens do TJSC, visto que entre as 35 vítimas atendidas pelo Programa estão duas magistradas e várias secretárias-jurídicas, chefes de cartório e chefes de setor. Aproveita para mencionar que, no início das atividades, acreditavam que mais terceirizadas procurariam o Programa, mas que atualmente há mais servidoras e magistradas entre as atendidas. Diz que com os servidores homens há um projeto específico dentro da Cevid, os grupos reflexivos masculinos, tocado pela secretária Michelle de Souza Gomes Hugill, especialista neste tema, e que por isso não sabe mais detalhes.

Simone parabeniza Bruna por sua fala, diz que é perceptível que ela gosta do que faz e que isso contribui para a excelência de seu trabalho. Pergunta se o Programa Indira oferece algum tipo de capacitação para voluntárias que queiram contribuir e ajudar a equipe.

Bruna agradece e responde que a capacitação é apenas para as servidoras do Programa, que não há voluntárias nem equipe reserva. Conta que, por ser a única policial mulher a fazer esses atendimentos, não há quem a substitua em suas ausências, e cita uma ocasião em que precisou voltar antes das férias para atender um caso grave. Explica que as servidoras dizem que não se sentem à vontade para serem atendidas por policiais homens e que geralmente preferem aguardar sua volta.

Ricardo pergunta quantas pessoas fazem parte da equipe do Programa Indira. Bruna responde que, atualmente, são apenas ela e a assistente social Rosinha, que antes havia um psicólogo homem, e que acredita que se houvesse uma mulher psicóloga hoje seria o melhor cenário, pois uma equipe formada por mulheres traz um conforto maior às vítimas.

Dra. Mirna finaliza agradecendo a presença de Bruna e a parabeniza pelo atendimento proporcionado às mulheres do TJSC.

Bruna agradece e se disponibiliza a seguir ajudando o Comitê no que for possível.

Dra. Mirna segue a reunião informando ao Comitê sobre o atendimento do segundo caso recebido pela Ouvidoria da Mulher, ocorrido em janeiro de 2025. Passa a palavra para Laura, da Ouvidoria, e Patrícia, da Secretaria de Segurança Institucional (SSI), que fizeram o acolhimento da vítima.

Laura relata que a denunciante, funcionária terceirizada da empresa que presta serviços de limpeza ao Tribunal, esteve na Ouvidoria e contou estar sofrendo perseguição e abuso psicológico do ex-companheiro, que não aceitaria o fim do relacionamento de ambos. Que o ex não queria deixar o apartamento em que moravam com os três filhos, apesar dos reiterados pedidos da denunciante há pelo menos cinco meses, quando ela mencionou o desejo de se separar. Que sentia medo de residir na mesma casa que ele e temia por sua segurança, especialmente nos últimos dias, pois o denunciado teria acessado as mensagens do seu celular sem permissão e, em seguida, quebrado o aparelho. Esclarece que a vítima contou que o ex esteve no dia anterior no Tribunal procurando pela chefe do Setor de Zeladoria para comunicar que a denunciante estaria em depressão e que não teria condições de continuar no serviço. Relata que a vítima procurou a

Ouvidoria da Mulher após aconselhamento da referida servidora e que, após acolhimento inicial, a equipe da Ouvidoria entrou em contato com a servidora da SSI Patrícia Disaro, que é membro do Comitê.

Patrícia explica que também acolheu e esclareceu dúvidas da denunciante sobre o registro policial do caso, e que, em seguida, um servidor da SSI acompanhou a vítima até a Delegacia da Mulher, onde foi lavrado um boletim de ocorrência e deferida uma medida protetiva. Relata que, a pedido da vítima, após o registro, o servidor a trouxe de volta para o Tribunal e, na sequência, informou à recepção os dados do denunciado para que não fosse mais permitida sua entrada no Tribunal.

Ricardo complementa informando que, no dia seguinte, a denunciante procurou a Ouvidoria para contar que havia deixado o apartamento com seus filhos e que estava em segurança na casa de sua mãe. Relata que, posteriormente, ela própria informou à equipe que a situação estava mais tranquila, pois finalmente o ex-marido havia aceitado a separação e saído de casa.

Dra. Mirna agradece e parabeniza as servidoras pelo acolhimento e segue para a próxima pauta: as ações da Semana da Mulher. Passa a palavra para a representante da Secom, Daniele.

Daniele relata as ações previstas para serem realizadas em alusão ao Dia da Mulher: template nos elevadores, divulgando o Programa e os canais de acolhimento; template nas redes sociais, informando sobre os tipos de violência e as micro-agressões do mundo do trabalho; vídeo da Dra. Mirna, contando como funciona a Ouvidoria da Mulher para o público interno; postagens no Instagram; arrecadação de donativos para vítimas de violência doméstica; lançamento do site do Programa e cartazes com os canais de denúncia para afixar nos banheiros femininos do Tribunal.

Em seguida, **Priscila**, responsável pela construção do site do Programa, apresenta a página para os integrantes do Comitê. Explica que fez uma grande pesquisa em sites de outros regionais e tribunais em busca de referências. Diz que a versão atual traz sugestões de conteúdo e ainda pode ser modificada e alimentada com novas informações. Por fim, apresenta cada um dos submenus do site.

Dra. Mirna elogia a construção da página e afirma que, a partir de agora, todos podem trazer suas colaborações para finalizar o conteúdo e deixar a página completa.

Denise pergunta como a política abrangeria as terceirizadas, aprendizes e estagiárias, já que a legislação fala apenas das magistradas e servidoras. Observa que o nome do próprio Programa menciona apenas esse público.

Dra. Herika concorda com a questão do nome do Programa, que precisa deixar mais claro a quem serve. Também sugere que no item “fluxo da denúncia” traga-se a ideia de que o contato seja para fins de aconselhamento, principalmente visando às mulheres mais simples, que podem acreditar que, ao fazer uma denúncia, o marido será preso. Segundo ela, seria importante esclarecer que a finalidade do canal é o aconselhamento psicológico e um espaço para tirar dúvidas.

Priscila diz que o site será publicado na extranet, mas que a informação de fato está voltada para magistradas e servidoras, e que se assim fosse decidido, seria necessário mexer no conteúdo da página. Também ressalta que a questão do fluxograma da denúncia é muito importante para que a pessoa saiba como será tratada a notícia dentro do Tribunal.

Dra. Mirna agradece as contribuições e segue com a pauta. Passa a palavra para Simone informar sobre as ações da Escola Judicial para a Semana da Mulher.

Simone relata que a Semana da Mulher será realizada entre 10 e 14 de março, mas a Escola Judicial está considerando o mês inteiro para o ciclo de ações. A primeira atividade será dia 14, com uma exposição chamada “Espelho Meu”, de fotos de mulheres vítimas de violência que aceitaram expor suas histórias, organizada pelas Delegacias de Proteção à Mulher. A exposição ficará no hall de entrada do TRT12. Logo após a inauguração, haverá uma roda de conversa para as servidoras, magistradas, estagiárias, terceirizadas e jovens aprendizes no auditório do Pleno do Tribunal. Por fim, informa, haverá uma aula inaugural dia 21 de março, com a palestra da Promotora Lívia Sant´Anna Vaz, que vem do MP da Bahia e falará sobre igualdade de gênero e violências contra a mulher.

Ricardo agradece e informa que a Ouvidoria segue com as tratativas com o TJSC para tentar um convênio com o Programa Indira. Relata que nos últimos dias ele e Dra. Mirna estiveram em reunião com outra desembargadora do TJSC para criação de um comitê local do PopRuaJud, e que o estreitamento das relações entre os dois tribunais neste caso pode ajudar nas negociações com o Indira também.

Dra. Mirna sugere deixar agendada a data da próxima reunião, mas considerando o tempo previsto no regulamento, de seis meses, o grupo concorda em agendá-la mais adiante. Agradece a presença de todos e encerra a reunião.

REDATORA

Laura Gheller - Ouvidoria